A formação no Grupo Escolar João Alcântara em Porteirinha/MG quanto à atuação do projeto educativo católico (1938-1958)

WILNEY SILVA¹

ARMANDO QUILLICI NETO²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo verificar a influência dos preceitos da Igreja Católica na educação em Porteirinha/MG durante o período de 1938 a 1958. O recorte coincide com os primeiros vinte anos da emancipação política da cidade e com a instalação da sede da paróquia, ação que propiciou maior aproximação da Igreja com a sociedade local. O texto foi dividido da seguinte forma: no primeiro momento, são mostrados a influência e o avanço do catolicismo na família e na ação política; no segundo momento, a fim de entender o projeto de formação das crianças, enfocou-se no Grupo Escolar João Alcântara, maior instituição escolar da cidade. Para a constituição dessa tarefa, utilizou-se da análise de fontes documentais localizadas em livros de reuniões de professores, livros de visitas de inspetores, recortes de jornais, leis e decretos do poder executivo, fotografias e livros do Tombo da Paróquia da cidade. Como resultados, afirma-se que a Igreja Católica imprimiu uma moral restauradora dos valores cristãos na sociedade local de então, uma vez que as orientações/ações religiosas, como Semana Santa, Mês de Maria, Festa de São Joaquim, repetiam-se ano após ano dentro do espaço público do Grupo Escolar. Esses indícios fazem crer que a escola formava o cidadão e o cristão, o futuro trabalhador disciplinado e o futuro chefe de família, com seu caráter moldado de acordo com os preceitos católicos.

Palavras-chave: Educação Católica. Educação em Porteirinha/MG. Grupo Escolar João Alcântara.

The formation in the João Alcântara School Group in Porteirinha/MG against the performance of the catholic education project (1938-1958)

Abstract: The present work has as objective to verify the influence of the precepts of the Catholic Church in the education in Porteirinha/MG during the period from 1938 to 1958. The cut coincides with the first twenty years of the political emancipation of the city and with the installation of the parish headquarters, this action which brought the Church closer to the local society. The work will be divided in the following way: in the first moment, we will show the influence and the advance of the catholicism in the family and in the political action. In the second moment, in order to understand the project of formation of the children, we will shed light on the School Group João Alcântara, the largest school in the city.

For the constitution of this task, we will use the analysis of documentary sources located in books of meetings of teachers, books of visits of inspectors, clippings of newspapers, laws and decrees of the executive power, photographs and books of Tombo of the parish of the city. As a result, we can affirm that the Catholic Church impressed a restorative morality of Christian values in local society at that time, since religious orientations/actions, such as Holy Week, Month of Mary, religious festival of São Joaquim, for example, were repeated year after year within the public space of the School Group. These indications make us believe that the school formed the citizen and the Christian, the future disciplined future and the future head of the family, with its character molded according to Catholic precepts. Keywords: Catholic Education. Education in Porteirinha/MG. João Alcântara School Group.

La formación en el Grupo Escolar João Alcântara en Porteirinha/MG frente a la actuación del proyecto educativo católico (1938-1958)

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo verificar la influencia de los preceptos de la Iglesia Católica en la educación en Porteirinha/MG durante el período de 1938 a 1958. El recorte coincide con los primeros veinte años de la emancipación política de la ciudad y con la instalación de la sede de la parroquia, que propició mayor acercamiento de la Iglesia con la sociedad local. El trabajo se dividirá de la siguiente manera: en el primer momento, mostraremos la influencia y el avance del catolicismo en la familia y en la acción política. En el segundo momento, para entender el proyecto de formación de los niños, nos centramos en el Grupo Escolar João Alcântara, la mayor institución escolar de la ciudad. Para la constitución de esta tarea, utilizaremos el análisis de fuentes documentales localizadas en libros de reuniones de profesores, libros de visitas de inspectores, recortes de periódicos, leyes y decretos del poder ejecutivo, fotografías y libros del Tombo de la Parroquia de la ciudad. Como resultados, podemos afirmar que la Iglesia Católica imprimió una moral restauradora de los valores cristianos en la sociedad local de entonces, una vez que las orientaciones/acciones religiosas, como Semana Santa, Mes de María, Fiesta de San Joaquín, por ejemplo, se repetían año tras año dentro del espacio público del Grupo Escolar. Estos indicios nos hacen creer que la escuela formaba al ciudadano y al cristiano, al futuro trabajador disciplinado y al futuro jefe de familia, con su carácter moldeado de acuerdo con los preceptos católicos.

Palabras clave: Educación Católica. Educación en Porteirinha/MG. Grupo Escolar João Alcântara.

Introdução

Ao andar pelas principais praças de Porteirinha, cidade hoje com pouco mais de 39 mil habitantes, no norte de Minas Gerais, não é difícil encontrar monumentos católicos: uma estátua em homenagem a Cristo Rei, na Praça Presidente Vargas, que fica próxima à Prefeitura; a estátua do padroeiro da cidade, São Joaquim, na Praça Anfrísio Coelho, em frente à Igreja São Joaquim; e, no alto de uma colina, a imponente estátua do Cristo Redentor, com 28 metros

de altura. Nos espaços escolares, é comum ouvir a professora pedir aos alunos para rezarem a oração “Pai-Nosso”. Também são encontrados nesses espaços, afixados na parede, crucifixos, além de um exemplar da bíblia ou uma imagem de um santo em um local de grande visibilidade. Todos esses símbolos religiosos, de certa forma, integram-se à paisagem cotidiana e representam o poder secular da Igreja sobre o comportamento humano e sobre o domínio do espaço social.

Ao fazer uma análise mais acurada desses elementos característicos da cidade, percebe-se que eles representam o triunfo de uma concepção de Igreja que se fortaleceu e se enraizou historicamente dentro do espaço público, mais precisamente do espaço escolar. Desse modo, esse exercício de análise fez com que nascesse o desejo de desenvolver esta pesquisa.

Para elaboração desta investigação, foi preciso ir atrás de uma ampla documentação histórica que apresentasse práticas, discursos, posturas e vivências das pessoas daquele tempo. A partir dessas considerações, iniciou-se a procura por fontes documentais que pudessem oferecer indícios sobre o ensino proferido no espaço da primeira instituição escolar da cidade de Porteirinha: o Grupo Escolar João Alcântara. Assim, visitou-se a instituição em apreço, hoje denominada Escola Estadual João Alcântara, para verificar quais fontes de pesquisa estavam disponíveis.

Sabe-se que essa temática, em uma visão geral, é recorrente. No entanto, é uma inovação em âmbito regional e local. Em outras palavras, o particular aqui é analisado, e nele é possível evidenciar as teses gerais e a configuração de suas especificidades.

Nesse sentido, ao eleger o local como perspectiva de abordagem histórica no norte de Minas Gerais, mais especificamente a cidade de Porteirinha, estabelece-se uma fronteira na qual algo começou a se fazer presente: sociabilidades diversas, em temporalidades e territorialidades variadas, que passaram a ganhar formas retratadas pela escola, pelos jornais e pela Igreja nessa localidade, imersa em transversalidade das mais diversas dimensões (políticas, educacionais, religiosas, culturais etc.).

Portanto, compreender os domínios da história da educação é visualizá-los em um campo de múltiplas dimensões, as quais abrigam o regional, e este se insere no interior de um cenário espacial e temporal mais amplo e geral, que dialoga com as propostas e as discussões no âmbito nacional e internacional. Assim, não se propõe a fazer história da educação regional, mas uma história da educação brasileira com ênfase no regional.

O presente estudo trata de duas questões centrais. A primeira questiona: quais foram os impactos impressos na história e no desenvolvimento sociocultural e educativo em Porteirinha/MG pela Igreja Católica? Para isso, é preciso entender a atuação da Igreja Católica na família e na política, bem como apresentar os resultados e as estratégias dessa atuação mediados por pactos entre esses agentes sociais. Essa questão, portanto, será apresentada e discutida durante a primeira parte do estudo.

A segunda parte busca responder à seguinte questão: qual foi orientação teórica/moral que a Igreja utilizou para a formação das crianças em Porteirinha/MG? Ao interrogar sobre a educação formal na cidade, é importante assinalar que, nas décadas de 1940 e 1950, 75%³ das professoras da principal instituição escolar da cidade, o Grupo Escolar João Alcântara, participavam efetivamente das associações religiosas leigas (Pia União das Filhas de Maria e Apostolado da Oração) e 90%⁴ das docentes se formaram no Colégio Imaculada Conceição, em Montes Claros, principal centro educacional das filhas da elite local. Desse modo, ancorado nessas questões, a presente investigação tem como objetivo geral verificar a influência da Igreja Católica na educação em Porteirinha e entender quais foram as estratégias utilizadas pela instituição para educar a população local durante o período de 1938 a 1958.

Manifesta-se aqui o significado de “educação”, tanto em termos amplos no que ela coincide com cultura enquanto “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p. 16), como em termos mais específicos, enquanto tomar conta das crianças, cuidar delas, discipliná-las⁵, ensinar-lhes comportamentos, conhecimentos e modos de operar, entendendo “a educação como um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus mais variados aspectos” (MANACORDA, 1989, p. 6).

A educação está direta e intimamente relacionada com a realidade humana, conforme aponta Saviani (2009). Assim como não é fácil dizer em que consiste o homem, também resulta a difícil tarefa de conceituar a educação. Isso porque a relação implica outras questões, como educar para quê? Para qual sociedade? Qual homem será formado? E quando isso é definido, ou seja, quando se afirma algo, excluem-se elementos que, com certeza, não deveriam ficar de fora da compreensão tanto do ser humano como da educação.

Não obstante, é sempre necessário buscar compreender de forma profunda e o mais amplamente possível a educação, o que não exime de procurar conceituá-la. Para Saviani (2009, p. 19), “educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Desse modo, a escola, sendo a forma mais desenvolvida de educação, é a chave para se compreender as outras formas educativas.

Os conceitos utilizados por Gohn (2006) ajudam a esclarecer a temática ao considerar os termos “educação formal” e “educação não formal” enquanto formas de se aprender. O termo “educação não formal” também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal.

Na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há

processos interativos intencionais. Os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização na família, na igreja ou no local de culto a que se vincula sua crença religiosa, no bairro, no clube, com amigos, e é carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (GOHN, 2006, p. 3).

Ainda de acordo com a autora, a educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente, e os espaços de aprendizagem são os do território das escolas. A educação não formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente. Há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Por isso, ela trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos.

O recorte da pesquisa privilegia o período que ficou marcado na historiografia da Igreja Católica como reinstitucionalização da Igreja no Brasil. À medida que avançava a experiência republicana, os ideais liberais faziam com que o catolicismo perdesse a hegemonia do antigo regime. Como reação a esse movimento, a Igreja Católica organizou sua reação para restituir “o Brasil a Cristo e Cristo ao Brasil”, como afirma Matos (1990, p. 20).

Desse modo, durante esses anos, sobretudo, a Igreja arregimentou homens, mulheres, jovens e crianças, políticos e professores, ou seja, uma elite mais letrada capaz de lutar com a hierarquia católica em prol dessa ação e fazer militância em todos os segmentos da sociedade.

O plano de expansão do catolicismo foi caracterizado pelo aumento do controle e da centralização institucional das hierarquias eclesiásticas extravaticanas pela Cúria Romana, a partir da segunda metade do século XIX. Mediante uma visão política, a romanização objetivava o alinhamento institucional e doutrinário das igrejas locais com as orientações da Santa Sé, quanto às relações com o Estado brasileiro.

Pragmaticamente, tal processo de romanização⁶ envolvia a tentativa de consolidação de um modelo organizacional com características homogêneas, com procedimentos comuns e uniformizados, com o objetivo de “cerrar fileiras” contra a contínua laicização das instituições públicas e civis, sobretudo as escolares.

Na primeira metade do século XX, Porteirinha foi palco de disputa política entre católicos, protestantes, espíritas, grandes fazendeiros, bacharéis e políticos. Nesse conflituoso contexto, percebem-se discursos e práticas católicas manifestando-se nas mais variadas situações: nos espaços escolares, nos sermões e discursos religiosos, nas construções e reformas de igrejas, nos movimentos associativos e congregações religiosas, nas inaugurações de obras e ações públi-

cas (na instalação da Comarca Municipal, no Grupo Escolar da cidade de Porteirinha, nas festas sociais e religiosas, como nas bodas de prata sacerdotal do padre Julião Arroyo Gallo e na inauguração de novas paróquias) e, mais tarde, na posse do primeiro prefeito eleito pelo voto popular, após o Estado Novo. Em todos esses espaços de manifestações da linguagem e desenvolvimento de ações, a instituição eclesiástica exerceu na cidade um papel direto ou indireto no ordenamento, no povoamento e no modo de as pessoas verem e estarem no mundo.

Por uma sacralização da sociedade de Porteirinha/MG

O primeiro administrador do município de Porteirinha foi o bacharel em Direito, tenente da Polícia Militar e católico fervoroso, Altivo de Assis Fonseca, autoridade constituída e nomeada pelo interventor/governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro. Segundo Oliveira (2008, p. 72), “ele dirigiu os destinos do município no período de 01.01.1939 a 31.03.1945, trabalhando pela educação moral e cívica de seus munícipes”. No livro n. 1, de leis e decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, Altivo de Assis Fonseca normatizou as primeiras condutas da municipalidade. O Código de Posturas do Município, por exemplo, apresentou algumas e com elas possíveis infrações e penalidades a que população estava sujeita (PORTEIRINHA, 1939).

O título XIV, Da moralidade, segurança e tranquilidade públicas, com seis artigos, era bastante impositivo no sentido de que, com a infração “o morador pagava uma multa, mas a reincidência incorria em prisão correcional” (PORTEIRINHA, 1939, p. 45, art. 125). Interessante observar que os itens eram proibidos aos cidadãos, no entanto, ao longo do tempo e em um processo conflituoso, as proibições, que eram individuais, passaram a fazer parte de uma proibição coletiva, de uma vigilância social e cultural dos moradores.

Confira algumas proibições constantes no artigo 125:

- Perturbar a tranquilidade publica com vozerio e reuniões tumultuosas.
- Proferir **palavras obscenas**, fazer gestos **imorais**, escrever ou desenhar figuras nas paredes e muros e afixar em tais logares pasquins e outros escritos indecentes.
- Apresentar-se alguém em **trajes menores** perante o publico.
- Fazer ornamentos com arcos, folhagens, postes, etc., em lugares publicos, sem previa autorização da Prefeitura.
- Promover diversões **imorais** em ocasiões de carnaval.
- Dar pousada ou terreno para acampamento de **ciganos**, em qualquer parte do município.
- Promover danças ou outros divertimentos congeneres dentro dos povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta proibição os bailes de reuniões familiares.

- Os indivíduos de ambos os sexos, reconhecidamente **vadios**, que forem encontrados em logares públicos, serão recolhidos ao xadrez durante 3 dias [...] (PORTEIRINHA, 1939, p. 47, grifos nossos).

Alinhavado à referência religiosa e à política nacional, as normas municipais estavam sedentas por formar um sujeito dentro de um paradigma cultural e moral de brasilidade e que sustentava e dava condições de combater os vícios degeneradores, tornando-o útil à sociedade. Os padrões de comportamento deveriam ser considerados como ações concretas sobre a vida do cidadão e em suas relações interpessoais.

A legislação de então entendia que aqueles indivíduos que, na condição de ociosos, negavam-se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto deveriam ser colocados à margem da sociedade, pois nada produziam para promover o bem comum. Então o conceito de vadiagem, estudado magistralmente por Chalhoub (2001, p. 73), vai sendo reforçado na mente das elites a partir de um simples processo de inversão: “no novo regime, todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. E, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem”.

Dessa maneira, na cidade de Porteirinha, as pessoas que rompiam com o clima pacato e ordeiro e proferiam palavras obscenas e faziam gestos imorais, que se trajavam inadequadamente, que promoviam diversões imorais, que dessem abrigo a ciganos, enfim, os reconhecidamente vadios que não glorificavam o trabalho e colocavam em perigo os caminhos da ordem e, de certa forma, ofendiam a sociedade eram marginalizadas. Isso porque o pensamento vigente era de que

um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem respeito pela propriedade. A ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão (CHALHOUB, 2001, p. 74).

Por outro lado, na vida conjugal, a Igreja Católica advogava que, nesse ambiente, o indivíduo trabalhador, ao lado de uma esposa devota, seria verdadeiramente integrado ao universo idealizado pela política e pela religião, evitando-se, assim, atitudes de vadiagem, depravação e desordem. A família seria um pilar para a manutenção do controle pela Igreja e pelo Estado. Donzelot (1980) vai apontar a figura do padre como um dos responsáveis direto pela gerência da sexualidade do casal sob o ângulo da moralidade familiar. Um exemplo dessa relação está no Livro do Tombo da Paróquia de São Joaquim: nas Santas Missões⁷ de 1944, realizadas nas capelas filiais à Paróquia, o pároco Julião Arroyo Gallo transcreve o seguinte sermão:

Na capela de Gameleira o povo da roça souberam aproveitar da Santa Missão **confessando**-se e assistindo aos atos religiosos, aprontaram a Capela, trouxeram as madeiras para fazer o pulpito, **auxiliaram para as despesas** da St^a Missão e para as vocações missionárias etc. etc. Mas os moradores do comércio⁸ não quiseram aproveitar-se da St^a. Missão. Esta Villa corrupta com dois **cabares** não é merecedora de Missão. O povo d'aqui não tem religião e com nada cooperou, é indigno de Missão; ele abusou de Deus desprezando a St^a Missão, mas fiquem sabendo que com Deus não se brinca (PARÓQUIA DE SÃO JOAQUIM, 1941-1953, p. 31, grifos nossos).

As Santas Missões partiam do pressuposto de que a sociedade era cristã. Caso se falasse em conversão, era no sentido de uma renovação de vida, sob um prisma moralizante, mas não no sentido de opção diante de Cristo e dos evangelhos. Para completar a análise, em Porteirinha, o padre também fazia o balanço das Santas Missões e, ao demonstrar insatisfação, dizia:

Temos passado aqui sete dias pregando as St^a Missões, e qual foi o resultado? Infelizmente não foi satisfatório. Parece-me que aqui há pouca religião, há muitos que não quiseram **confessar**-se e muitos também que nem **assistiram aos atos religiosos**, aqui há muitos **pagãos não batizados**, há muitos sem fé e sem religião; aqui há poucas famílias boas; há muitos **paes de família** que não prestam pois não deixaram seus filhos fazer a **1^a Comunhão**. Desgraçados d'elles, vão pagar caro. Procurem mudar de vida antes de se acabar a misericórdia de Deus (PARÓQUIA DE SÃO JOAQUIM, 1941-1954, p. 31, grifos nossos).

Como é possível observar no discurso, vê-se uma Igreja atenta e ativa no controle da sociedade e da família. Para tanto, o padre fazia uma defesa das famílias regradas, ou seja, aquelas que prezavam pelos sacramentos (confissão, eucaristia, casamento e batismo), que participavam dos atos religiosos, que incentivavam seus filhos a frequentar o catecismo e receber a primeira comunhão. No entanto, as famílias que não estivessem alinhadas a essa moralidade, como aquelas pessoas que frequentavam casas de prostituição, e as famílias que não contribuíam financeiramente para os eventos religiosos eram ameaçadas a pagar um preço caro por isso. Donzelot (1980, p. 155) denomina esse processo de troca simbólica entre o fiel e a Igreja Católica de “sistema de intercâmbios matrimoniais”, que se opera alimentada por uma antiga cumplicidade fundamentada em benefícios mútuos, ou seja, “por um lado temos a obediência aos sacramentos e aos ritos do catolicismo pelo fiel, e por outro, a legitimação das relações familiares pela Igreja”.

A Igreja Católica contava com uma estrutura pautada pelo controle que atingia todos os níveis da sociedade: desde as crianças recém-nascidas sendo ba-

tizadas ao moribundo que recebia a extrema-unção em seu leito de morte. A sua influência e a interferência deveriam se dar nos espaços públicos, domésticos e, sobretudo, nos espaços privados, onde se processaria e se criaria o ordenamento social almejado.

Nesse panorama, a alta hierarquia dialogaria com os grupos políticos que, de fato, também objetivavam aquele ordenamento social. Ao Apostolado da Oração da cidade, por exemplo, caberia coroar a ritualização da obediência, da vida familiar cristã regrada, da ordem social e política, da moralização dos costumes e dos sacramentos da Igreja Católica. O que se quer dizer com isso é que tanto os documentos da Igreja quanto a legislação pública apontam para o mesmo objetivo: estabelecer uma moral restauradora dos valores cristãos e reconduzir os ineptos para essa sociedade idealizada, isto é, homogênea, católica e ordeira.

O Grupo Escolar João Alcântara e o catolicismo

Com o advento da República, a escolarização ganhou maior relevância no cenário político-social. Disseminou-se a ideia de que a educação seria um dos pilares para se consolidar o novo regime, integrando as pessoas à nação e ao mercado de trabalho, moralizando e civilizando as massas, modernizando a sociedade, ordenando os indivíduos e transmitindo valores e costumes a serem observados pelos cidadãos.

Passados os primeiros impactos originados pela instalação dos grupos escolares⁹, a década de 1920 revelou-se rica no sentido de fomentar uma série de debates e questionamentos político-sociais. Segundo Peixoto (1983, p. 71), nesse período, notou-se “um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, chamando a atenção para os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização”, estimulando inúmeras reformas educacionais em vários Estados e no Distrito Federal. Buscou-se a reorganização do sistema educativo para atender às novas exigências.

Nesse contexto, sob o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Francisco Campos, então secretário do Interior, implementou, em Minas Gerais, a Reforma do Ensino Primário e Normal em 1927 e 1928, sustentada pela crença de que a escola deveria “oferecer ao indivíduo as condições para o exercício da cidadania, [...] aperfeiçoando-lhe o amor à ordem, o respeito às leis, os princípios de honra, de dignidade e de patriotismo” (PEIXOTO, 1983, p. 64).

De acordo com Faria Filho (1996), os educadores mineiros, influenciados pelo entusiasmo de paulistas e cariocas, passaram a defender a ideia de organização da instrução pública primária na forma dos grupos escolares em detrimento das escolas isoladas, que representavam todo o “atraso” do Império.

Contando com uma população com pouco mais de 20 mil habitantes (IBGE, 1947), o município festejou o início da década de 1940 com a inauguração das Escolas Reunidas de Porteirinha/MG, agrupando, em uma mesma instituição, as duas escolas isoladas existentes. Com a reunião das escolas, criou-se a figura da diretora escolar, professora responsável por administrar a instituição. Outra mudança que a reunião trouxe foi o aumento significativo do número de vagas na cidade.

A escola foi se tornando um marco na educação da cidade. O mesmo movimento fazia Porteirinha crescer e impulsionava a escola. Era um movimento de dependência de uma sobre a outra. Na ocasião da reunião de abertura do ano de 1942, além da presença do inspetor, de professoras, da diretora, de alunos e seus pais, o prefeito municipal se fez presente. Recebido com satisfação pelo corpo docente e discente, Altivo de Assis Fonseca, em discurso, “incentiva a unidade de instrução, o trabalho como gerador do progresso do futuro Município de seu governo e do engrandecimento da Pátria” (ESCOLAS REUNIDAS DE PORTEIRINHA, 1942, p. 2).

Em 2 de julho de 1946, a população, imbuída da ideia da adesão à escolarização formal e da valorização dela, viu instalado o Grupo Escolar João Alcântara, objetivo esse que vinha sendo buscado há muitos anos, representando, dessa forma, um marco na educação do município.

Na ocasião, estavam presentes o prefeito Almerindo Alves de Brito Faria, o vigário Julião Arroyo Gallo, o inspetor escolar, profissionais liberais como farmacêuticos, dentistas, engenheiros, “autoridades municipais, representantes da indústria, do comércio, da lavoura, muitos outros senhores, senhoras e senhoritas, as principais pessoas da elite Porteirinhense, a Diretora, as Professôras” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954, p. 2).

Interessante notar que os bacharéis e o padre da cidade, possuidores de rara instrução para a época, além dos donos do comércio, das indústrias e dos fazendeiros, possuidores do poder econômico, compunham a elite porteirinhense, e suas presenças legitimavam aquele momento e davam grande relevo a ele.

As solenidades aconteceram durante todo o dia, em um vasto programa que incluía, pela manhã, a missa solene de ação de graças, celebrada na Igreja de São Joaquim. Após o momento religioso, já no prédio escolar, houve o pronunciamento oficial de instalação da escola. Os presentes à mesa de honra, o corpo docente e as autoridades municipais, bem como demais convidados, cantaram o hino nacional e assistiram a uma apresentação artístico-cultural pelo grupo de jazz de Porteirinha.

Nessa oportunidade, o prefeito, Almerindo Alves de Brito Faria, em seu pronunciamento de abertura, disse:

da inadiável necessidade da instalação do Grupo Escolar, cujo funcionamento vem preencher grande lacuna no ensino primá-

rio, no município e encontrar no seio da administração e do povo a mais justa acolhida, pois vem satisfazer plenamente velhas aspirações deste município (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954, p. 2).

Após o prefeito pôr em destaque as finalidades do Grupo Escolar e os grandes benefícios que prestaria à população, teceu grandes elogios ao senhor secretário de Educação, Olinto Orsini de Castro, como:

inteligente e esforçado auxiliar do Governo Mineiro, que tudo tem feito como homem de elevada cultura para elevar a instrução em Minas, inaugurando e instalando dezenas de Grupos Escolares, espalhando no território mineiro essa constelação de luzes que está brilhando e que mais tarde irá brilhar com mais fulgor (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954, p. 2).

Na sequência, a diretora, Maria Lisbela Pereira, tomou a palavra e disse:

O início dos trabalhos escolares é um dos mais belos dias da vida do escolar, porque a instalação do Grupo Escolar João Alcântara é a abertura de um templo de luz, onde os espíritos juvenis vão beber as instruções indispensáveis ao preparo para a grande luta pela vida e receber a moral que vão formar o caráter para a futura felicidade (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954, p. 2).

Interessante assinalar que a maioria das professoras do Grupo Escolar teve sua formação no Colégio Imaculada Conceição, em Montes Claros. Para Passos (2006), as famílias tradicionais mineiras educavam seus filhos em colégios católicos. A educação nesses colégios pautava-se pelos rígidos padrões morais, com uma visão espiritualizante da vida e uma exigente disciplina. O Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros, uma das maiores e mais tradicionais instituições educacionais religiosas do norte de Minas, como aponta Silva (2012), foi o centro irradiador educacional da região. Nesse sentido, a formação das professoras já fornece indícios da prática docente dentro e fora da escola. Depois de formadas, elas traziam os programas e os colocavam em prática.

Tradicionais e quase que obrigatórios, os projetos (pedagógicos e religiosos) festejavam os santos no interior da escola pública, como é possível ver nos registros das atas de reunião das professoras apresentadas a seguir:

Na reunião do dia 24 de março de 1956, a diretora fala da proximidade da Semana Santa e pede às professoras que expliquem a seus alunos como deviam se preparar para a confissão e procissão da Sexta-Feira, momentos importantíssimos para a formação das crianças e do futuro cidadão (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954, p. 4).

A preparação dos alunos para as festividades religiosas era uma prática comum. Legitimada e oficializada, a religião católica orientava e sustentava a formação das crianças: “Em 17 de maio de 1958, a sábia diretora Lourdes Irlanda Matos pediu às professoras que preparassem os alunos, sobretudo os do 1º ano, para receberem a primeira comunhão, em uma ou duas aulas de catecismo por semana” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954, p. 27). Já no dia 5 de maio do corrente ano, a diretora orientou às professoras quanto às festividades da Assunção de Maria Santíssima e determinou a cada uma que pedisse aos alunos para confeccionarem um presente para oferecer às mães (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954).

O vigário da cidade, padre Julião Arroyo, era uma figura bastante presente na escola. Nas reuniões com o corpo docente, sempre se colocava à disposição para levar à escola cartilhas, livros e programas católicos. E a escola respondia prontamente ao pedido e promovia visitas dos alunos à Igreja São Joaquim. Eram trocas simbólicas entre a escola e a Igreja. Na instalação da escola, no ano de 1946, por exemplo, em um discurso com apelo religioso, a diretora Maria Lisbela Pereira falou:

O dia em que se abre um educandário deve ser considerado um dia de festas e de alegrias, porque é uma casa de luz que se instala, é um templo de formação de caracteres, de lapidação de espíritos ainda obscuros, de iluminação das almas que ainda estão em trevas. A escola é a instituição divina, é um mecanismo de maior valor na obra imersa de Deus (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946-1954, p. 3).

Por fim, conforme Passos (2006, p. 62), “em diversos aspectos o programa católico estava em sintonia com o republicano, particularmente em relação aos aspectos moralizantes, disciplinadores e de respeito à ordem estabelecida”. Em 18 de agosto de 1956, por exemplo, a diretora falou sobre a comemoração do Dia do Soldado, pedindo às professoras que organizassem poesias e palestras para os auditórios e os programas ficariam a cargo da segunda série classe n. 9. Em seguida, falou sobre os ensaios dos hinos e das marchas para a Semana da Pátria. E, novamente, pediu às professoras que ensinassem noções de civilidade e como se portar em reuniões, em suas classes e, principalmente, na Igreja Católica São Joaquim.

Considerações finais

As fontes levantadas nesta pesquisa possibilitaram problematizar a dinâmica das mudanças na cidade que se operavam no campo das ideias e na realidade urbana. Mas, ao mesmo tempo, permitiram ver como essas mudanças sociais operavam dentro da escola e como a sociedade porteirinhense respondia a isso.

Determinados modos de se portar e de ver o mundo que transitavam entre o tradicional e o novo, entre o religioso e o laico, compuseram o rol das estratégias para educar a população para a vida urbana, ao mesmo tempo que sua vivência expressava a identificação com o novo, com o avanço. Assim, a disciplina almejada, os valores republicanos, os conhecimentos teóricos e práticos, o olhar mais racional e organizado das relações humanas representavam a adoção de valores comuns que gradualmente se consolidavam naquela sociedade. Em contrapartida, práticas que possuíam ressonância em hábitos julgados inadequados e não disciplinados deveriam ser superadas na nova realidade.

Ao analisar os livros de reuniões das docentes do Grupo Escolar João Alcântara, verificou-se que as orientações/ações religiosas, como Semana Santa, Mês de Maria, Festividades de São Joaquim, São João e Páscoa, repetiam-se ano após ano. O calendário escolar, portanto, procurava-se adequar ao calendário católico. Esses indícios fazem crer que a escola tratava de formar o futuro cidadão, o homem com gosto pelo trabalho e disciplinado, o cristão, com seu caráter moldado de acordo com a ordem e moral católica reconhecida e imposta à convivência humana naquele local.

Recebido em: 22/06/2019

Revisado pelo autor em: 02/07/2019

Aceito para publicação em: 15/08/2019

Notas

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). No doutoramento, atuou na linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”. Especialista, licenciado e bacharel em Educação Física. Licenciado em Pedagogia. Professor efetivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Avançado Porteirinha. E-mail: wilneyfernando@yahoo.com.br

2 Doutor em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre e graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: armindo@ufu.br

3 Dados mensurados a partir da pesquisa nas seguintes fontes: 1º livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha, 30 de outubro de 1941 a 11 de setembro de 1949; 2º livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha, 9 de outubro de 1949 a 3 de março de 1957; e do livro de atas da Pia União das Filhas de Maria da Paróquia de Porteirinha, 10 de outubro de 1951 a 19 de dezembro de 1966.

4 Para detalhes, consultar: o livro de atas da Pia União das Filhas de Maria da Paróquia de Porteirinha (10 de outubro de 1951 a 19 de dezembro de 1966); Oliveira (2012); o livro de atas das reuniões do Grupo Escolar João Alcântara (22 de março de 1956 a 6 de maio de 1961); o livro de atas de exames do Grupo Escolar João Alcântara (1º de fevereiro de 1946 a 16 de julho de 1954).

5 Contando que, neste artigo, a disciplina é tomada no sentido de Foucault (2005, p. 117), considera-se que o seu modo de atuação “implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela

sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”.

6 A categoria romanização foi objeto de estudos aprofundados de vários pesquisadores das áreas da sociologia, historiografia e ciências da religião, como Araújo (1986), Azzi (1977, 1980, 1987, 1989, 2008), Bruneau (1974), Cunha (2013), Hauck *et al.* (1980), Hoornaert (1979), Lustosa (1977) e Matos (1990).

7 As Santas Missões eram alguns dos acontecimentos mais importantes da vida das populações interioranas. Para a Igreja, eram consideradas instrumento de grande importância pastoral. Os objetivos das Santas Missões são: afervoramento religioso, ocasião de conversões e regularização de vida, reconciliação de ódios, afastamento dos abusos e superstições e volta aos sacramentos (FRAGOSO, 1985).

8 A expressão comércio, no dizer da época, referia-se ao centro urbano ou a uma pequena vila.

9 Conforme Souza (1999), em sua obra *Templos de Civilização*, os grupos escolares, criados a partir de 1893 no Estado de São Paulo, eram símbolos do Estado republicano que se organizava. Como parte de um projeto mais amplo que considerava a universalização do ensino como uma das características da República, representavam a ideia de modernidade por meio da mudança na concepção e na organização da escola.

Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Rioldo. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese** - Revista de Filosofia, n. 4, n. 10, p. 61-89, set./dez. 1977.

_____. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). **Síntese** - Revista de Filosofia, v. 7, n. 19, p. 49-71, maio/ago. 1980.

_____. **A crise da Cristandade e o projeto liberal: história do pensamento católico no Brasil**. v. II. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. A Igreja e a República no Brasil. **Revista Vida Pastoral**, n. 146, p. 25-29, 1989.

_____. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo** – Terceira época – 1930-1964. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1974.

CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DA PARÓQUIA DE PORTEIRINHA. **1º livro de atas**. Porteirinha/MG, 30 de outubro de 1941 a 11 de setembro de 1949.

_____. **2º livro de atas.** Porteirinha/MG, 9 de outubro de 1949 a 3 de março de 1957.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Religiões:** a descolonização religiosa da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ESCOLAS REUNIDAS DE PORTEIRINHA. Termo solene de reunião feita pelo Sr. Inspetor Escolar para distribuição de classes em 9 fev. 1942. *In: Livro de acta de intallação de escola, de exames e termo de visitas*, Grão Mogol/MG, Distrito de Porteirinha, 1942.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo/RS: UPF, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 30 ed. Vozes: Petrópolis, 2005.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). *In:* HAUCK, João Fagundes *et al.* **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época – A Igreja no Brasil no século XIX. Petrópolis: Vozes, 1980.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-Formal na pedagogia social. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. **Proceedings online...** São Paulo: USP, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MS-C0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 3 jun. 2019.

GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. **Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. assistentes técnicos.** Porteirinha/MG, 1º de fevereiro de 1946 a 16 de julho de 1954.

_____. **Livro de atas das reuniões das professoras do Grupo Escolar “João Alcântara”.** Porteirinha/MG, 22 de março de 1956 a 6 de maio de 1961.

HAUCK, João Fagundes *et al.* **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época – A Igreja no Brasil no século XIX. Petrópolis: Vozes, 1980.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil.** Tomo II. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano VII - 1946. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.

LUSTOSA, Oscar de Figueredo. **A presença da Igreja no Brasil**: história e problemas. 1500-1968. São Paulo: Giro, 1977.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Maria do Carmo de (Org.). **Escola Estadual João Alcântara 1912-2012**: há 100 anos fazendo História. Porteirinha/MG: Grafiminas, 2012.

OLIVEIRA, Palmyra Santos. **Porteirinha**: memória histórica e genealogia. Belo Horizonte: O Lutador, 2008.

PARÓQUIA DE SÃO JOAQUIM. **Livro do tombo**. Porteirinha, 1º de novembro de 1941 a 6 de novembro de 1953.

PASSOS, Mauro. A luz feita na sombra: as encruzilhadas do magistério na “Revista do Ensino” em Minas Gerais. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. **Educação no Brasil**: anos vinte. São Paulo: Loyola, 1983.

PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA DA PARÓQUIA DE PORTEIRINHA. **Livro de atas**. Porteirinha/MG, 10 de outubro de 1951 a 19/12/1966.

PORTEIRINHA/MG. Decreto-lei n. 2, de 16 de fevereiro de 1939. Cria o código de posturas do município. *In*: **Livro n. 1 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, 16 fev. 1939, p. 47-71.

SAVIANI, Dermeval. A educação fora da escola. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, ano XI, n. 20, p. 17-27, 2009.

SILVA, Luciano Pereira da. **Em nome da modernidade**: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926). 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**. A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora UNESP, 1999.